



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACAÉ – RJ.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA ORAL

O MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ, por meio do Prefeito no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público o Edital de Convocação para a Prova Oral, nos termos do subitem nº **11.3** do Edital de Abertura nº 03/2024, de 4 de julho de 2024.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

---

- 1.1. Ficam convocados para a realização da Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório, os candidatos aprovados na Prova Escrita Discursiva, listados no **Anexo I** desta convocação.
- 1.2. A Prova Oral será realizada em **dois turnos** no dia **23 de fevereiro de 2025**, no **COLÉGIO ATLÂNTICO**, situado na **Avenida Nossa Senhora da Glória, n. 845 – Praia Campista, Macaé – RJ, CEP: 27920-360**.
  - 1.2.1. O **1º turno** de provas orais terá início às **8h00min** (horário oficial de Brasília/DF).
  - 1.2.2. O **2º turno** de provas orais terá início às **14h00min** (horário oficial de Brasília/DF).
- 1.3. Os candidatos deverão comparecer ao local designado 1 (uma) hora antes do início da realização das provas orais, respeitando o dia e o turno para o qual foram convocados, permanecendo isolados e incomunicáveis, em uma sala de espera, até a chamada para a respectiva prova.
  - 1.3.1. No **1º turno**, o portão de acesso ao local da prova será aberto às **7h** e fechado, impreterivelmente, às **7h30min**. No **2º turno**, o portão de acesso ao local da prova será aberto às **13h** e fechado, impreterivelmente, às **13h30min**. **É proibida a entrada de candidatos após os horários indicados para fechamento do portão.**
  - 1.3.2. O turno de realização da prova oral de cada candidato será definido pelo resultado do sorteio da ordem de arguição, a ser realizado em sessão pública no dia **21 de fevereiro de 2025**, às **15h**, no **AUDITÓRIO PAÇO MUNICIPAL** – localizado no edifício sede da **Prefeitura Municipal de Macaé**, situado na **Av. Presidente Sodré, 534, Centro – Macaé - RJ- CEP: 27913-080**.
    - 1.3.2.1. A relação contendo o turno de cada candidato será publicada no endereço <https://conhecimento.fgv.br/concursos/prefeiturademacae24/3>, na mesma data em que ocorrer o sorteio da ordem de argui o.
  - 1.3.3. O sorteio de ponto de argui o para cada candidato ocorrerá no dia e local da realiza o da prova, após o fechamento dos portões, em cada turno.
  - 1.3.4. Os candidatos somente poderão realizar a prova oral no dia e turno para qual foram convocados, conforme o resultado do sorteio de ordem de argui o a ser publicado no endereço



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

<https://conhecimento.fgv.br/concursos/prefeiturademacae24/3>, na data indicada no subitem anterior, munidos do documento de identidade original com foto.

- 1.3.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação. Somente serão aceitos documentos originais com foto.
- 1.3.6. Não haverá segunda chamada para a realização da prova oral. Será atribuída nota 0 (zero), na respectiva prova, ao candidato que não comparecer pontualmente ou deixar de prestá-la.
- 1.4. Ao se apresentarem no local de prova, os candidatos serão encaminhados para a sala de espera e aguardarão o seu momento de arguição.
  - 1.4.1. Os candidatos ficarão incomunicáveis e só poderão sair do local após a realização da prova, sendo-lhes vedado assistir as provas de outros candidatos, ainda que de turno diverso.
  - 1.4.2. Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos e de materiais de estudo pelos candidatos, inclusive enquanto permanecerem na sala de espera para arguição. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos.
  - 1.4.3. Não será admitido o uso de livros, códigos, manuais, materiais impressos e/ou anotações, enquanto o candidato permanecer na sala de espera para arguição.
  - 1.4.4. Qualquer utilização de material proibido acarretará a eliminação do candidato.
  - 1.4.5. Os candidatos que estiverem aguardando em sala de espera não poderão dela se retirar sem autorização e acompanhamento da fiscalização.
  - 1.4.6. Recomenda-se que os candidatos levem lanche para a sala de espera, desde que em embalagem transparente.
- 1.5. A Prova Oral será realizada em sessão pública, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato perante cada Banca.
  - 1.5.1. Poderá ser limitado o número de ouvintes, com vistas à manutenção de condições adequadas à realização das arguições.
  - 1.5.2. Os ouvintes presentes estarão submetidos à disposição prevista no item 1.4.2.
  - 1.5.3. Durante a arguição, no ambiente de prova, não serão permitidos a comunicação das pessoas presentes, a realização de anotações, o uso de equipamentos eletrônicos ou, ainda, a prática de qualquer outro ato que possa interferir na concentração do candidato e na lisura do concurso público.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

## 2. DA PROVA ORAL

---

2.1. A Prova Oral consistirá em arguições orais dos candidatos, perante cada uma das 5 (cinco) Bancas Examinadoras, organizadas da seguinte forma:

- a) **Banca Examinadora 1:** Direito Administrativo, Direito Urbanístico e Direito Ambiental;
- b) **Banca Examinadora 2:** Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direitos Humanos e Legislação Municipal;
- c) **Banca Examinadora 3:** Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito Digital;
- d) **Banca Examinadora 4:** Direito Tributário e Direito Financeiro;
- e) **Banca Examinadora 5:** Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário.

2.2. Os temas e disciplinas que serão objeto da prova oral são os mesmos concernentes à primeira e segunda etapas do concurso, conforme relação de disciplinas discriminadas no **Anexo II** desta convocação.

2.3. Para a realização da Prova Oral, perante cada uma das 5 (cinco) Bancas, o candidato terá 2 (dois) pontos sorteados dentre os pontos do programa da respectiva matéria, sobre os quais será obrigatoriamente arguido, facultando-se à respectiva Banca, ainda, argui-lo sobre outros pontos do Programa, por tempo não superior a 10 (dez) minutos.

2.4. Cada membro da Banca Examinadora atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, em número inteiro.

2.4.1. A cada candidato corresponderá uma NOTA GLOBAL pelo conjunto de suas PROVAS ORAIS, que será a média aritmética das 5 (cinco) notas dadas pelos examinadores.

2.4.2. Para os efeitos do disposto no subitem anterior, não haverá arredondamento da NOTA GLOBAL da Prova Oral e serão desprezadas as frações inferiores ao centésimo.

2.4.3. Será eliminado do concurso o candidato cuja média aritmética da NOTA GLOBAL DAS PROVAS ORAIS for inferior a 50 (cinquenta) pontos.

2.5. A prova oral versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados aos pontos sorteados, cumprindo à Banca Examinadora avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

2.6. A aplicação das provas orais será registrada por meio de gravação de áudio e/ou vídeo, ou, qualquer outro meio que possibilite à sua posterior reprodução, para uso exclusivo da FGV e da Prefeitura Municipal de Macaé.

2.7. O resultado da Prova Oral será publicado em edital específico e divulgado no site <https://conhecimento.fgv.br/concursos/prefeiturademacaee24/3>.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS  
DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA  
DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**

2.8. Os candidatos disporão de 2 (dois) dias úteis para interpor recurso contra o resultado preliminar da Prova Oral, por meio de link disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/prefeiturademacae24/3>.

2.9. O resultado final da Prova Oral será publicado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/prefeiturademacae24/3>.

Macaé, 31 de janeiro de 2025.

**WELBERTH PORTO DE REZE**

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

ANEXO I – CANDIDATOS CONVOCADOS À REALIZAÇÃO DA PROVA ORAL

Inscrição	Nome
998000833	Ana Paula Braga De Oliveira
998001061	Anna Carolina Gomes Moreira Vaz
998001049	Arthur Lemos Figueira
998000142	Carolina Thadeu Mello Da Silva
998001034	Catharina Mucunã Paiva
998000679	Clarissa Beatriz Da Cruz Mendes
998001178	Cristiane Guimaraes Saudades De Lucena
998000751	Cristina Eberle Baldi
998001029	Daniel Santana Pereira
998000936	Eduardo Cardoso Branco
998000604	Fernanda Lau Ferreira Liandro
998000030	Fernando Vidal Brito
998000632	Flávia Maldonado De Carvalho Miceli
998001452	Frederico Silva De Mello
998001193	Gabriel Cristian Carvalho Moreira
998001249	Gustavo De Rezende Volpi
998001288	Iago Borges Drumond
998001031	Isadora Rangel Neves
998000426	Lais Monteiro Alves Tinoco Barbosa Leite
998000205	Leonardo Calvo Pose Dias De Carvalho
998001239	Leonardo Cardoso Ferreira Cordeiro
998000722	Luis Romeu Araujo Tavares
998000681	Luiz Augusto Ribeiro De Almeida
998000474	Marcos João Carvalho Dolzany
998000663	Mariana Moraes Martins
998001125	Mariane Da Abadia Moura
998001264	Mateus Dos Santos Serrano Peres
998000954	Mauro Campos De Pinho
998001309	Mirella Barbosa Da Fonseca
998000240	Paulo Barbosa Alves
998000981	Pedro Passo Watzl
998000639	Pedro Ulhoa Barbosa
998001096	Rafael Antunes Carriles De Paula
998001119	Rafael Lopes De Andrade
998000822	Rafaela Carvalho De Castro
998000867	Raisa Coelho Fernandes
998000498	Rodrigo Gil Dos Santos
998001146	Tabata Shialmey Wang
998000021	Thiago Augusto Dos Santos Paiva



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS  
DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA  
DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**

998001188	Thiago Cavalcante Oliveira
998000111	Zaquielle Da Silva Barreto Zamprogn



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

#### ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ORAL

---

##### DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO URBANÍSTICO E DIREITO AMBIENTAL

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

###### Direito Administrativo:

**Ponto nº 1:** Estado, Poderes e Funções. Função Administrativa. Federação. Dicotomia Público-Privado. Da Administração Pública: conceito, elementos, princípios expressos e reconhecidos. Perspectiva subjetiva e objetiva. Princípios da Administração Pública. Atos Administrativos: conceito, elementos, atributos, classificação, vícios e invalidação. Atos Discricionários e Vinculados. Teoria dos Motivos Determinantes. Prescrição.

**Ponto nº 2:** Administração Pública Direta e Indireta. Entidades paraestatais. Estatuto jurídico da empresa estatal. Poderes e Deveres da Administração e dos Administradores Públicos. Da Reforma Administrativa do Estado brasileiro. Conceito e características dos setores da Administração Pública. Terceiro Setor. Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Serviços Sociais Autônomos. Parcerias na Administração Pública. Lei nº 9.637/1998. Lei nº 9.790/1999. Lei nº 13.019/2014. Administração Pública e Estado: entidades políticas e administrativas.

**Ponto nº 3:** Dos Servidores Públicos no âmbito da Constituição Federal. Agentes Públicos: definição, classificação e regime jurídico-constitucional. Condições de ingresso e sistema remuneratório. Cargo, emprego e função pública. Formas de Provimento do Cargo. Direitos e Deveres. Responsabilidade do Agente Público.

**Ponto nº 4:** Licitação Pública: conceito, princípios, legislação, finalidade do procedimento licitatório, princípios, modalidades. Dispensa e Inexigibilidade de licitação. Decreto federal nº 7.892/2013; Lei federal nº 14.133/2021. Pregão. (Lei nº 10.520/2002). Licitação para contratação de serviços de publicidade (Lei nº 12.232/2010). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011). Lei Complementar federal nº 182/2021. Contratos Administrativos: definição, características, modalidades, alteração e rescisão. Cláusulas Exorbitantes. Teoria da Imprevisão e Fato do Príncipe. Convênios e Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).

**Ponto nº 5:** Noções gerais de contratos Inteligentes, *Blockchain* e Algoritmos. Marco Civil da Internet. Tratamento de Dados pelo Poder Público e Sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Serviços Públicos: definição, princípios e classificação. Serviço público em sentido amplo e em sentido estrito. Critérios para definição de serviço público. Delegação de Serviços Públicos. Concessão, Autorização e Permissão (Lei nº 8.987/1995). Parcerias Público-Privadas – PPP. Concessões patrocinadas e administrativas (Lei nº 11.079/2004). Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Lei nº 13.334/2016). Racionalização dos serviços públicos (Lei federal nº 13.726/2018).

**Ponto nº 6:** Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão. Desestatização. Privatização. Delegação. Terceirização. Despolitização. Participação. Consensualidade. Agentes e órgãos reguladores. Características. A atividade de regulação. Regulação normativa, executiva e judicante. Deslegalização. Agências reguladoras. Controle da atividade regulatória. Bens Públicos: classificação, regime jurídico e alienação.

**Ponto nº 7:** Poderes administrativos. Poder Regulamentar, Regulatório e Poder de Polícia. Discricionariedade da





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Administração Pública. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Lei federal nº 13.874/2019. Decreto federal nº 10.178/2019. Gestão financeira: Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Responsabilidade fiscal. Endividamento público: limites e competência. Empréstimos externos. Títulos reajustáveis. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Controle administrativo e judicial da Administração Pública. Formas e Momentos de Controle. Controle Interno e Externo. Controles administrativos, legislativos e judiciais.

**Ponto nº 8:** Responsabilidade Civil do Estado: Teoria da Irresponsabilidade. Teorias Civilistas. Teoria da Culpa Administrativa, do Risco Administrativo e do Risco Integral. Responsabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores. Responsabilidade do Estado por atos da Administração, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

**Ponto nº 9:** Responsabilidade dos agentes políticos. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. Lei federal nº 14.230/2021. Lei federal nº 12.527/2011. Anticorrupção Empresarial. Lei nº 12.846/2013. Acordos de leniência. LINDB e os seus reflexos no Direito Administrativo (Lei federal nº 13.655/2018). Processo Administrativo: princípios do Processo Administrativo; recursos administrativos. Lei nº 9.784/1999.

**Ponto nº 10:** Improbidade Administrativa. Ação Popular, Mandado de Segurança, Ação Civil Pública. Prescrição e Decadência. Administração Pública em Juízo. A Administração em Juízo. Representação. Atuação processual. Execução do julgado. Despesas judiciais. Prescrição. Acesso à informação. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores. Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual. Atos complexos ou atos união. Elementos característicos. Espécies. Desfazimento e consequência. Consórcios administrativos e Consórcios públicos. Contratos de programa. Contratos de rateio. Contratos de gestão e termos de parcerias. Lei nº 13.019/2014.

#### Direito Urbanístico:

**Ponto nº 1:** Competências constitucionais. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Projeto de urbanização.

**Ponto nº 2:** Parcelamento: desmembramento e loteamento. Remembramento. Zoneamento. Regularização fundiária de assentamentos urbanos.

**Ponto nº 3:** Direito de construir e seu exercício. Licença para construção. Legalização de obras. Vistoria, embargo, demolição administrativa. Parcelamento e edificação compulsória. Estudo de impacto de vizinhança. Direito de preempção. Concessão especial de uso. Programas habitacionais de inclusão. Direito de moradia e direito de habitação. Imposições e restrições urbanísticas.

**Ponto nº 4:** Dos Instrumentos da Política Urbana. Dos Instrumentos em geral. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos; usucapião especial de imóvel urbano.

**Ponto nº 5:** Do Direito de Superfície. Do Direito de Preempção. Da outorga onerosa do direito de construir. Das operações urbanas consorciadas. Da transferência do Direito de Construir.

**Ponto nº 6:** Do estudo de impacto de vizinhança. Disposições gerais. Estatuto da Metrôpole (Lei nº 13.089/2015 e suas alterações). Da instituição de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas. Dos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado. Plano de desenvolvimento urbano integrado. Planos setoriais interfederativos. Fundos públicos. Operações urbanas consorciadas interfederativas. Zonas para aplicação





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

compartilhada concessão de uso especial para fins de moradia.

**Ponto nº 7:** Polícia Administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Atividades comunicadas. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental; e de segurança pública.

**Ponto nº 8:** Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Acordos substitutivos.

**Ponto nº 9:** Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa.

**Ponto nº 10:** Servidão administrativa. Tombamento e sua dimensão como instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco.

#### Direito Ambiental:

**Ponto nº 1:** Tutela constitucional do meio ambiente (Constituição Federal e Estadual).

**Ponto nº 2:** Competência constitucional, administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

**Ponto nº 3:** Licenciamento e fiscalização ambiental.

**Ponto nº 4:** Resolução CONAMA nº 237/1997. Avaliação Ambiental Integrada.

**Ponto nº 5:** Normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. Lei Complementar federal nº 140/2011.

**Ponto nº 6:** Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

**Ponto nº 7:** Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000).

**Ponto nº 8:** Urbanismo e Meio Ambiente: Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

**Ponto nº 9:** Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

**Ponto nº 10:** Política Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 14.026/2020).

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL / DIREITOS HUMANOS**

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

#### Direito Constitucional:

**Ponto nº 1:** Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades. Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais.

**Ponto nº 2:** O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.

**Ponto nº 3:** Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Teoria dos Direitos Fundamentais. Natureza, aplicação, conflitos entre direitos fundamentais. Aplicação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros.

**Ponto nº 4:** Ações constitucionais. *Habeas corpus*. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. *Habeas data*. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Conflitos envolvendo a judicialização de políticas públicas. Ordem Social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos federativos de integração e de cooperação: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Os Estados membros da Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. Serviços públicos de titularidade estadual. As Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados.

**Ponto nº 5:** O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites.

**Ponto nº 6:** Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e Publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo.

**Ponto nº 7:** Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários municipais. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.

**Ponto nº 8:** Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Previdência. Licitação. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas. Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Guarda Municipal.

**Ponto nº 9:** Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Repercussão geral. Competências do Tribunal de Justiça. Varas de Fazenda Pública. Advocacia Pública. Ministério Público. Defensoria Pública. Funções essenciais à Justiça. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais federais e estaduais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas: competências. Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município. Royalties e participações especiais. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Ponto nº 10:** Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, dos Estados e dos Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. Ordem Econômica e Financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária. O meio ambiente na Constituição Federal. Normas constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências federativas em matéria ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos.

#### Direitos Humanos:

**Ponto nº 1:** Direitos humanos. Fundamentos, princípios e características. História e conceito de direitos humanos. Programas de proteção de direitos humanos. Legislação de proteção de direitos humanos. Convenções internacionais sobre direitos humanos.

**Ponto nº 2:** Cidadania. Direitos civis, políticos e sociais. Direitos humanos e desigualdade: dimensões sociais, espaciais e políticas da concentração de renda. Interseccionalidade e direitos humanos: raça, gênero, idade, pessoas com deficiência.

**Ponto nº 3:** Desigualdade racial. Racismo estrutural e histórico. Escravidão, pobreza e desigualdade racial. Teses de hierarquia racial e eugenia. Racismo e violência. História do movimento negro e do antirracismo no Brasil. Políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Políticas afirmativas. Dados da desigualdade racial.

**Ponto nº 4:** Renda, saúde, educação, violência. Direitos da mulher. Leis e políticas sociais para as mulheres: trabalho, economia, habitação, saúde, educação, previdência e combate à violência. Violência contra a mulher: física, sexual, psicológica, patrimonial e moral.

**Ponto nº 5:** Mulheres: desigualdade de renda, classe social e etnia. Capital econômico, cultural e social das mulheres. Feminismo no Brasil: história, conceitos, perspectivas.

**Ponto nº 6:** Direitos dos indígenas e quilombolas. População e legislação indígena. Diversidade, valores culturais, tradições, usos e costumes dos povos indígenas. Histórico dos conflitos. Política e questões indigenistas. Terras indígenas e tensões fundiárias. Regime jurídico das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Processo de demarcação das terras indígenas.

**Ponto nº 7:** Comunidades quilombolas. Legislação sobre quilombos. Áreas remanescentes de quilombos. Demarcação de territórios, concessão de títulos de propriedade e políticas públicas.

**Ponto nº 8:** Direitos da pessoa idosa. Inclusão social do idoso. Política Nacional do Idoso. Legislação referente ao idoso. Estatuto do Idoso.

**Ponto nº 9:** Direitos da pessoa com deficiência. Inclusão social da pessoa com deficiência. Evolução do movimento das pessoas com deficiência no Brasil. Desafios à inclusão social da pessoa com deficiência. Legislação referente à pessoa com deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

**Ponto nº 10:** Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

#### DIREITO CIVIL / DIREITO PROCESSUAL CIVIL / DIREITO EMPRESARIAL

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

##### Direito Civil:

**Ponto nº 1:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Lei Complementar nº 95/98.

**Ponto nº 2:** Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade. Teorias e aplicação do fato, ato e negócio jurídico, inclusive elementos incidentais, defeitos e invalidade do negócio jurídico.

**Ponto nº 3:** Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

**Ponto nº 4:** Teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social. Prescrição e decadência.

**Ponto nº 5:** Prova: teoria geral e meios de prova. Direito das obrigações.

**Ponto nº 6:** Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, extinção do contrato. Classificação dos contratos. Contratos preliminares e definitivos. Interpretação dos contratos.

**Ponto nº 7:** Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, comodato, prestação de serviços, empreitada, mandato, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso.

**Ponto nº 8:** Institutos da *supressio* e do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).

**Ponto nº 9:** Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

**Ponto nº 10:** Responsabilidade civil de indenizar (extracontratual, précontratual, contratual e pós-contratual). Teoria da responsabilidade civil objetiva. Súmulas e Jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

##### Direito Processual Civil:

**Ponto nº 1:** Princípios gerais do Processo Civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública e do advogado público. Processo: noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento.

**Ponto nº 2:** Da função jurisdicional: da jurisdição e da ação. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. Competência interna. Das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares de justiça. Do Ministério Público. Da advocacia pública.

**Ponto nº 3:** Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. Valor da Causa. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Tutela provisória. Tutela de urgência: Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela requerida em caráter antecedente. Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente. Da tutela da evidência. Tutela provisória de urgência.

**Ponto nº 4:** Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público. Procedimento Comum. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Improcedência liminar do pedido.

**Ponto nº 5:** Resposta do réu. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. Resposta do Réu. Contestação. Reconvencção. Incidentes processuais.

**Ponto nº 6:** Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.

**Ponto nº 7:** Execução provisória. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição.

**Ponto nº 8:** Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e impugnação. Execução contra a Fazenda Pública e embargos à execução. Precatórios e obrigações de pequeno valor.

**Ponto nº 9:** Precedentes. Incidentes de resolução de demandas repetitivas. Assunção de competência. Recurso especial ou extraordinário repetitivo. Procedimentos Especiais. Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado Especial Federal. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data.

**Ponto nº 10:** O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Tutelas. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Súmulas e Jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

#### Direito Empresarial:

**Pontos 1 e 2:** Direito de empresa: caracterização, inscrição e capacidade.

**Pontos 3 e 4:** Empresa, Empresário e Estabelecimento. Sociedades comerciais.

**Pontos 5 e 6:** Títulos de crédito.

**Pontos 7 e 8:** Falência e recuperação judicial: Requisitos. Processamento.

**Pontos 9 e 10:** Crimes Falimentares.

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO / DIREITO FINANCEIRO**

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

#### Direito Tributário:

**Ponto nº 1:** Sistema Tributário Nacional: Titulares do Poder de Tributar. Princípios Gerais. Lei complementar em matéria tributária. Limitações ao Poder de Tributar (Princípios Jurídicos da Tributação). Imunidades Genéricas e Específicas.

**Ponto nº 2:** Competência Tributária: Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Empréstimos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Compulsórios. Contribuições sociais e outras contribuições. Repartição das Receitas Tributárias.

**Ponto nº 3:** Código Tributário Nacional: conceito e natureza jurídica do tributo. Impostos, taxas, contribuições de melhoria. Normas Gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.

**Ponto nº 4:** Obrigação Tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; Responsabilidade Tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações.

**Ponto nº 5:** Crédito Tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos.

**Ponto nº 6:** Suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades.

**Ponto nº 7:** Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, preferências. Administração Tributária: Fiscalização; Dívida Ativa; Certidões negativas e positivas. Execução Fiscal.

**Ponto nº 8:** Medida Cautelar Fiscal. Ação Anulatória de Lançamento Tributário.

**Ponto nº 9:** Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-tributária. Ação de Repetição de Indébito.

**Ponto nº 10:** Ação Consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança. Crimes contra a ordem tributária. Súmulas e Jurisprudência e Jurisprudências em matéria tributária.

#### Direito Financeiro:

**Ponto nº 1:** Direito financeiro: Conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Constituição Federal/88, Título VI, Cap. II.

**Ponto nº 2:** Lei Federal nº 4.320/64: A Lei do Orçamento. A Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento.

**Ponto nº 3:** Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades.

**Ponto nº 4:** Lei Complementar nº 101/00. Orçamento público: conceito e tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual. Ciclo orçamentário.

**Ponto nº 5:** Processo legislativo. Vedações constitucionais. Estágios da Despesa Pública. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado.

**Ponto nº 6:** Sistema financeiro nacional. Regime de adiantamento. Precatórios. Conceito. Histórico. Parcelamento do Art. 33 do ADCT. Intervenção Federal. Precatório alimentar: Súmula 655 do STF. Emenda Constitucional nº 30: débitos de natureza alimentícia; atualização monetária; requisito de pequeno valor; Emenda constitucional nº 37: vedação de fracionamento. Parcelamento do Art. 78 do ADCT. Emenda





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Constitucional nº 62.

**Ponto nº 7:** Prioridade alimentar. Abatimento de débitos tributários. Compra de imóveis públicos. Atualização monetária. Juros de mora. Cessão de precatórios. Assunção de dívida. Parcelamento do Art. 97 do ADCT. Dois sistemas de parcelamento.

**Ponto nº 8:** Acordos. Sequestro. Decisões do Supremo Tribunal Federal. Precatório na lei de responsabilidade fiscal. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional.

**Ponto nº 9:** Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo.

**Ponto nº 10:** Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível. Súmulas e Jurisprudência os Tribunais Superiores (STJ e STF).

#### DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

##### Direito do Trabalho:

**Ponto nº 1:** Contrato individual do trabalho. Conceito. Elementos essenciais para sua formação. Relação jurídica dele derivada. As partes do contrato individual de trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador eventual. Trabalho temporário. Trabalhador e prestador de serviço.

**Ponto nº 2:** Obrigações decorrentes do contrato. Empregados na administração pública. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Poder disciplinar.

**Ponto nº 3:** Rescisão. Modos de extinção do contrato individual de trabalho. Justa causa. Falta grave. Extinção do estabelecimento: força maior e *factum principis*. Nulidade. Contrato individual de trabalho por prazo indeterminado e por prazo determinado. Contrato de experiência. Contrato de equipe. Alteração de contrato. Suspensão e interrupção.

**Ponto nº 4:** Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Aviso prévio. Fundo de garantia por Tempo de Serviço. Representação dos empregados nas empresas.

**Ponto nº 5:** Salário e remuneração. Equiparação salarial. Salário mínimo. Salário contratual. Salário profissional. Salário normativo. Comissões. Gratificações. Prêmios. Abonos. Diárias. Ajudas de custo. Gratificação de Natal. Participação nos lucros. Vale-transporte. Proteção de salário.

**Ponto nº 6:** Duração do trabalho. Jornada normal e trabalho extraordinário. Duração semanal do trabalho. Trabalho noturno. Trabalho por turnos. Repouso semanal remunerado. Férias e 13º salário: conceitos, condições e pagamento.

**Ponto nº 7:** Segurança e medicina do trabalho. Adicional de insalubridade. Adicional de periculosidade. Responsabilidade da administração pública solidária e subsidiária. Greve. Conceito. Natureza da greve no direito brasileiro. Requisitos para sua deflagração. A greve nos serviços públicos e atividades essenciais. Os sistemas de organização sindical. A organização sindical brasileira. Natureza jurídica do sindicato.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Ponto nº 8:** Entidades sindicais. Liberdade sindical. Enquadramento sindical. Sindicabilidade do empregado da administração pública. Condutas antissindicais: espécies e consequências.

**Ponto nº 9:** Convenção Coletiva de Trabalho. Conceito. Evolução no direito brasileiro. Conteúdo e efeitos. Vigência de aplicação da norma coletiva. Limite à aplicação das normas convencionais. Mediação e arbitragem. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.

**Ponto nº 10:** O Ministério Público do Trabalho. Organização. Competência. Atribuições. Inquérito civil. Reforma trabalhista. Lei nº 13.467/2017. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

#### Direito Processual do Trabalho:

**Ponto nº 1:** Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho.

**Ponto nº 2:** Processo e procedimento nos dissídios individuais e coletivos de trabalho. Termos e prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Despesas processuais. Custas e emolumentos. Exceções.

**Ponto nº 3:** Nulidade. Recursos. Execução. Prescrição comum. Prescrição intercorrente. Fazenda Pública e processo do Trabalho. Aplicação do Direito Processual Comum na esfera trabalhista. Aplicação subsidiária do CPC e da LEF (Lei nº 6.830/1980).

**Ponto nº 4:** Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, desistência e indeferimento. Pedido. Audiência. “Arquivamento” e revelia. Conciliação. Homologação de acordo extrajudicial.

**Ponto nº 5:** Resposta do reclamado. Provas: princípios, ônus e espécies.

**Ponto nº 6:** Partes, procuradores, representação, substituição processual, litisconsórcio e intervenção de terceiros.

**Ponto nº 7:** Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. *Jus Postulandi*. Mandato tácito. Classificação dos dissídios coletivos.

**Ponto nº 8:** Natureza jurídica e eficácia da sentença normativa. Processo e procedimento nos dissídios coletivos. Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da sentença normativa na Administração.

**Ponto nº 9:** Coisa julgada formal e material na sentença trabalhista. Ação rescisória.

**Ponto nº 10:** Ação anulatória. Mandado de segurança. Medidas cautelares e demais ações cabíveis.

#### Direito Previdenciário:

**Ponto nº 1:** Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização e princípios constitucionais. Regime Geral de Previdência Social. Princípios e objetivos.

**Ponto nº 2:** O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Aposentadoria: modalidades, proventos. Cumulação de proventos. Pensões.

**Ponto nº 3:** Benefícios previdenciários em espécie. Segurados obrigatórios. Filiação e inscrição.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Ponto nº 4:** Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e segurado facultativo.

**Ponto nº 5:** Financiamento da seguridade social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes.

**Ponto nº 6:** Crimes contra a seguridade social. Infrações à legislação previdenciária.

**Ponto nº 7:** Previdência complementar. Contributividade e solidariedade. Emendas Constitucionais números 20/1998, 41/2003 e 47/2005 e 103/2019.

**Ponto nº 8:** Segurados e dependentes, períodos de carência, salário de benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado.

**Ponto nº 9:** Lei nº 8.212/1991 (Plano de Custeio da Previdência Social). Lei nº 8.213/1991 (Plano de Benefícios Previdenciários).

**Ponto nº 10:** Salário de contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimo e máximo. Regimes previdenciários: regime geral de previdência social e regimes próprios dos servidores públicos.

## DIREITO DIGITAL

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

**Ponto nº 1:** Constituição da República e Tecnologia da Informação. Aspectos jurídicos e regulação da internet.

**Ponto nº 2:** Direito autoral online, domínio de internet. Proteção ao consumidor na sociedade de informação.

**Ponto nº 3:** Proteção de dados e direito de privacidade de informação.

**Ponto nº 4:** Responsabilidade de provedores de internet, sítios de internet, usuários e empresas.

**Ponto nº 5:** Quebra do sigilo telemático. Redes sociais, direitos de personalidade e notícias falsas, remoção de conteúdo, direito ao esquecimento.

**Ponto nº 6:** Lei nº 9.609/1998 (Propriedade Intelectual de Programa de Computador).

**Ponto nº 7:** Lei nº 12.737/2012 (Lei dos Crimes Cibernéticos).

**Ponto nº 8:** Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

**Ponto nº 9:** Lei nº 13.188/2015 (Direito de Resposta).

**Ponto nº 10:** Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

#### DIREITO ELEITORAL

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

**Ponto nº 1:** Estado democrático contemporâneo. Democracia: conceito e tipologia. Instrumentos de democracia direta. Governo representativo e mandato político. Sistemas eleitorais e partidários. Modelos de financiamento da disputa política.

**Ponto nº 2:** Direitos políticos no ordenamento jurídico brasileiro. O direito e o dever de votar. Plebiscito, referendo e iniciativa popular. O direito de concorrer a cargos eletivos. Regimes constitucional e legal da elegibilidade e inelegibilidade. Perda e suspensão de direitos políticos.

**Ponto nº 3:** Os regimes constitucional e legal dos partidos políticos. Natureza jurídica, fins e autonomia dos partidos. Criação, funcionamento, fusão, incorporação e extinção. Federação e coligação partidárias. Programa e estatuto. Filiação partidária, cancelamento e desfiliação. Perda de mandato eletivo por desfiliação. Fidelidade e disciplina partidárias.

**Ponto nº 4:** Finanças e contabilidade dos partidos. Acesso gratuito ao rádio e a televisão. Cláusula de desempenho. Justiça eleitoral no Brasil. Funções e organização. Composição e competências de seus órgãos. O Ministério Público eleitoral. Alistamento eleitoral. Ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor Domicílio eleitoral.

**Ponto nº 5:** Sistema eleitoral brasileiro. Sistema proporcional de listas abertas: aplicação, regras, quocientes eleitoral e partidário, sobras eleitorais e suplência. Sistemas majoritários simples e por maioria absoluta: aplicação, regras, chapas e suplência.

**Ponto nº 6:** Processo eleitoral. Princípio da anterioridade eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidaturas e substituição de candidatos. Campanha eleitoral. Direitos e deveres dos candidatos. Financiamento de campanha. Prestação de contas. Propaganda eleitoral. Direito de resposta. Pesquisas eleitorais.

**Ponto nº 7:** Eleições: atos preparatórios, garantias eleitorais, votação, apuração, fiscalização e proclamação do resultado. Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. Nulidades na votação e eleição suplementar.

**Ponto nº 8:** Diplomacia. Mídias sociais e campanha eleitoral: usos e limites. *Fake news* e processo eleitoral. Forças Armadas e processo eleitoral: requisição da Justiça eleitoral para apoio logístico e garantia da votação.

**Ponto nº 9:** Ações afirmativas no processo eleitoral. Ilícitos eleitorais. Abuso de poder econômico ou político e uso indevido dos meios de comunicação social. Captação ilícita de recursos e gastos ilícitos em campanha. Captação ilícita de sufrágio. Propaganda vedada. Condutas vedadas aos agentes públicos.

**Ponto nº 10:** Crimes eleitorais. Ações eleitorais. Ação de impugnação de registro de candidato. Ação de investigação judicial eleitoral. Ação de Impugnação do Mandado Eletivo. Recurso contra a Expedição de Diploma. Representação ou reclamação. Ação rescisória eleitoral. Ação penal eleitoral. Recursos eleitorais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

#### DIREITO DO CONSUMIDOR

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

**Ponto nº 1:** Origem histórica e princípios. Ordem constitucional e consumidor. Consumidor: conceito e espécies. Política Nacional de Defesa do Consumidor.

**Ponto nº 2:** Direitos básicos do consumidor. Inversão do ônus da prova. Qualidade dos produtos e serviços.

**Ponto nº 3:** Proteção à saúde e à segurança do consumidor. Prevenção e reparação dos danos ao consumidor. Responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto ou serviço. Responsabilidade solidária dos causadores do dano.

**Ponto nº 4:** Decadência e prescrição nas relações de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas comerciais abusivas.

**Ponto nº 5:** Cobrança de dívidas. Bancos de dados de proteção ao crédito. Cadastro positivo. **Ponto nº 6:** Proteção contratual. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.

**Ponto nº 7:** Proteção do consumidor no ambiente digital. Comércio eletrônico. Lei Geral de Proteção de Dados: proteção à privacidade e livre acesso do usuário.

**Ponto nº 8:** Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Sanções administrativas.

**Ponto nº 9:** Ação do consumidor em juízo. Ação coletiva. Ação de responsabilização do fornecedor. Coisa Julgada.

**Ponto nº 10:** Superendividamento. Prevenção e Tratamento. Da conciliação no superendividamento. Plano judicial para integração de contratos e repactuação de dívidas.

#### DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

**Ponto nº 1:** Da proteção à criança e ao adolescente. Conceitos, deveres, garantias e prioridades.

**Ponto nº 2:** Da interpretação da norma estatutária. Dos direitos fundamentais.

**Ponto nº 3:** Das medidas de proteção. Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

**Ponto nº 4:** Da prevenção. Da prevenção especial.

**Ponto nº 5:** Da política de atendimento. Dos atos infracionais.

**Ponto nº 6:** Das medidas pertinentes aos pais ou responsável. Do Conselho Tutelar. Do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

**Ponto nº 7:** Da Justiça da Infância e da Juventude. Competência.

**Ponto nº 8:** Dos processos e procedimentos. Dos recursos.

**Ponto nº 9:** Do Ministério Público. Da proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos.

**Ponto nº 10:** Das infrações administrativas.

#### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do edital poderão ser exigidas nas provas.

**Pontos 1, 2, 3 e 4:** Lei Orgânica Municipal (Consolidada até a Emenda 76/2020).

**Pontos 5, 6 e 7:** Lei Complementar nº 011/1998 e suas atualizações (Institui o Regime Jurídicos dos Servidores Públicos Municipais).

**Pontos 8, 9 e 10:** Legislação tributária municipal: Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 282/2018, alterada pela Lei Complementar nº 290/2019 e pela Lei Complementar nº 306/2021), Lei Complementar nº 216/2013 e Lei Complementar 328/2023.